



Câmara dos Vereadores do Município de São João -  
Casa Emídio Correia de Oliveira

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO**  
**Estado de Pernambuco**



**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**  
**EXERCÍCIO 2022**

**PRESIDENTE: OTONIEL PEDRO DA SILVA**  
**CONTROLADOR INTERNO: NICHOLAS YURI FEITOSA CARVALHO**

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO .....	03
2 DUODÉCIMO .....	03
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	04
3.1 DESPESA AUTORIZADA .....	04
3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA .....	04
3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	05
3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO .....	05
3.1.4 DESPESA POR NATUREZA .....	06
4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA .....	06
4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL .....	06
4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA .....	06
5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO .....	06
6 DIVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA .....	07
7 DIVIDA FLUTUANTE .....	07
8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL .....	08
9 BALANÇO PATRIMONIAL .....	10
10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	11
11 CONCLUSÃO .....	11



# RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO

## EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

### 1 APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal 4.320/64 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO, contendo as informações sobre a Execução Orçamentária; bem como no relatório destacamos o repasse do Duodécimo, despesas por natureza, despesas por função; e Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Dívida Consolidada (Fundada), Dívida Flutuante; e Despesa com Pessoal, Limite de Gasto com Folha de Pagamento e Repasses de Contribuições Previdenciárias.

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com dispositivos da Lei Federal 4.320/64, e ainda obedecendo ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas de direito financeiro para os órgãos públicos.

### 2 DUODÉCIMO

O art. 29-A da Constituição Federal estabelece os critérios para repasse de recursos à Câmara de Vereadores. São João -PE que tem menos de 100.000 habitantes está enquadrado no repasse de Duodécimo no percentual de 7% (sete por cento) das receitas indicadas no art. 29-A da Constituição da República, arrecadadas no exercício anterior.

Em 2021 o somatório das receitas que integram a base de cálculo de que trata o dispositivo constitucional citado anteriormente foi R\$ 34.606.837,71, onde 7% deste valor representa R\$ 2.422.478,64 a ser repassado durante o ano ao Legislativo, mensalmente esse valor equivale a R\$ 201.873,22. No entanto, o valor orçado atualizado totalizou em R\$ 2.538.640,00, ficando superior a receita arrecadada Municipal, conforme o limite estabelecido no artigo 29-A da Carta Magna.

Portanto, durante o ano de 2022 foi repassado R\$ 2.422.478,64, que corresponde exatamente, ao valor devido a título de duodécimo.



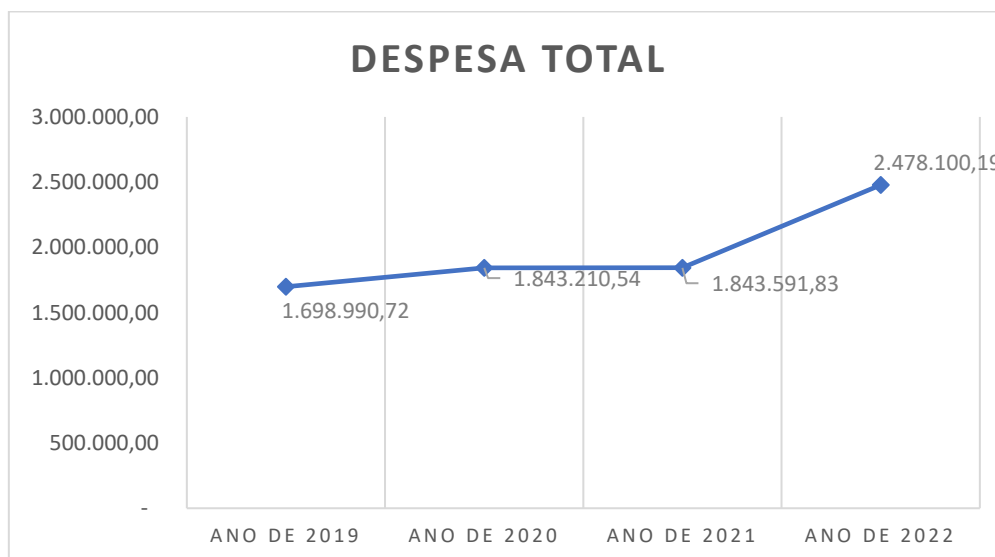
### 3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 3.1 DESPESA AUTORIZADA

A Lei Orçamentária Anual – LOA, nº 1048 de 15 de outubro de 2021, fixou para 2022 as despesas no montante de R\$ 2.166.000,00, da qual foi atualizada a partir de créditos adicionais suplementares atualizando o valor autorizado para 2022 no montante de R\$ 2.538.640,00.

##### 3.1.1 ANÁLISE DA DESPESA

	VALOR AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO
<b>I - Despesas Correntes.....</b>	<b>R\$ 2.478.283,00</b>	<b>R\$ 2.429.057,20</b>
a) Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$ 1.860.738,60	R\$ 1.850.563,39
b) Juros e Encargos de Dívida.....	R\$ 0,00	R\$ 0,00
c) Outras Despesas Correntes.....	R\$ 617.544,40	R\$ 578.493,81
<b>II - Despesas de Capital.....</b>	<b>R\$ 60.357,00</b>	<b>R\$ 49.042,99</b>
a) Investimentos.....	R\$ 59.857,00	R\$ 49.042,99
b) Amortização de Dívida.....	R\$ 500,00	R\$ 0,00
<b>III - Total das Despesas (I+II) ....</b>	<b>R\$ 2.538.640,00</b>	<b>R\$ 2.478.100,19</b>



O coeficiente de execução das despesas orçadas para 2022 pela despesa liquidada foi de 97,61% no período.



### 3.1.2 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Como vimos anteriormente o valor autorizado durante o período foi de R\$2.538.640,00, já a despesa executada (empenhada) perfaz o valor de R\$ 2.478.100,19, gerando assim, saldo orçamentário de R\$ 60.539,81, Superavitário.

### 3.1.3 DESPESAS POR FUNÇÃO

Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da Função Legislativa com o percentual de 100%, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

DESPESAS POR FUNÇÃO		
Função	Valor R\$	% Execução
Legislativa	2.481.878,43	97,61%
<b>Total</b>	<b>2.481.878,43</b>	<b>97,61%</b>

### 3.1.4 DESPESAS POR NATUREZA

Analisando as despesas por natureza, podemos observar que os principais gastos/investimentos foram em despesas de Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e Obrigações Patronais, com o percentual de 36,15% e 6,45%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:



## 4 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

### 4.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL

O conceito de Despesas com Pessoal consta do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

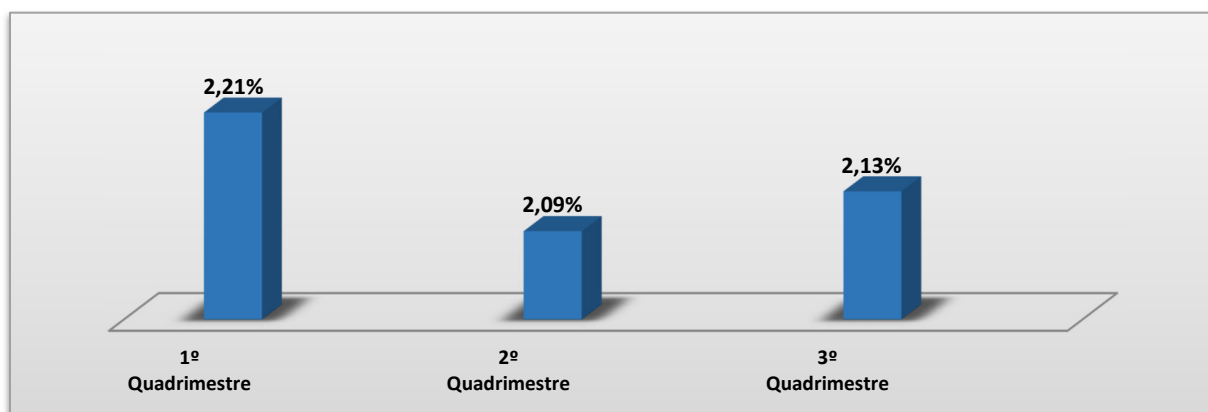
Na apuração das despesas de pessoal são considerados 12 (doze) meses, o mês de referência e os onze meses anteriores.

Nas informações abaixo consta a despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida, em atendimento ao limite estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.

### 4.2 DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

<b>Receita Corrente Líquida Ajustada.....</b>	<b>R\$ 86.833.076,79</b>
<b>Despesa com Pessoal.....</b>	<b>R\$ 1.850.563,39</b>
<b>Percentual de Comprometimento.....</b>	<b>2,13%</b>
Limites da Lei Complementar nº 101/2000:	
Limite máximo, 6% da RCL.....	R\$ 5.103.005,51
Limite Prudencial, 5,70% da RCL.....	R\$ 4.847.855,23
Limite de Alerta, 5,40% da RCL.....	R\$ 4.592.704,96

Observa-se que o Poder Legislativo se manteve com uma folga em relação ao limite dos gastos com pessoal frente a receita corrente líquida de **R\$ 3.252.442,12**.



## 5 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

Os poderes Legislativos anualmente não podem exceder o limite de 70% do Duodécimo recebido em gastos com despesas de folha de pagamento, desta feita, durante o exercício de 2022 o Poder Legislativo de São João aferiu apenas 65,53% do referido limite.



DESPESA DO PODER LEGISLATIVO		
GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO		
Artigo 29-A, §1º, da Constituição Federal		
Câmara Municipal de Vereadores de São João		
<b>1.</b>	<b>Gasto com Folha de Pagamento - GFP</b>	<b>1.587.458,49</b>
1.1.	Contratação por Tempo Determinado (3.1.90.04.00)	75.558,60
1.2.	Salário Família	-
<b>1.3.</b>	<b>Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (3.1.90.11.00)</b>	<b>1.511.899,89</b>
1.3.1	Vencimentos e vantagens Fixas	1.427.659,89
1.3.2	Verba Indenizatória do Presidente	84.240,00
1.4.	Vencimentos e Vantagens Variáveis (3.1.90.16.00)	-
1.5.	Sentenças Judiciais (3.1.90.91.00)	-
1.6.	Ressarcimento de Pessoal Requisitado (3.1.90.96.00)	-
1.7.	Indenizações e Restituições Trabalhistas (3.1.90.94)	-
<b>2.</b>	<b>Deduções</b>	<b>-</b>
	Indenizações e Restituições Trabalhistas	-
	Inativos e Pensionistas	-
<b>3.</b>	<b>Gasto Líquido com a Folha de Pagamento = (1-2)</b>	<b>1.587.458,49</b>
<b>4.</b>	<b>Receita a considerar para GFP (menor dos seguintes Valores: 4.1 ou 4.2)</b>	<b>2.422.478,64</b>
4.1	Duodécimo calculado sobre a Receita arrecadada pelo Município em 2021 (art. 29-A, caput)	2.422.478,64
4.2	Dotação Atualizada da Despesa da Câmara Municipal - Anexo 11 da lei 4.320/64 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada 2022	2.538.640,00
	<b>Percentual de GFP Líquido sobre a receita (03/04) x 100</b>	<b>65,53%</b>
	<b>Limita do Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal</b>	<b>70,00%</b>

## 6 DIVIDA CONSOLIDADA PÚBLICA

A Lei Complementar nº 101/2000, define no art. 29, Dívida Pública Consolidada ou Fundada como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

SALDO INICIAL	EMISSÃO	RESGATE	SALDO FINAL
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

O limite de endividamento para Municípios, estabelecido pelo Senado Federal é de 120% da receita corrente líquida. Nesse quesito, o Poder Legislativo como exposto acima não possui dívidas parceladas.

## 7 DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante, compreende as obrigações de curto prazo, como Restos a Pagar e Retenções Legais a serem repassadas, atingiu ao final do exercício o montante de R\$285.586,48 consequentemente gerou um aumento em relação a dívida flutuante inicial vinda do ano anterior.



SALDO INICIAL	INSCRIÇÃO	BAIXAS	SALDO FINAL
R\$ 264.921,80	R\$ 631.169,44	R\$ 607.288,52	R\$ 285.586,48

## 8 CONTRIBUIÇÕES AOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA E GERAL

O Poder Legislativo recolheu integralmente as obrigações previdenciárias tanto do RGPS como do RPPS em sua totalidade e de forma tempestiva conforme imagens a seguir:

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE								
RESOLUÇÃO TC Nº 189 DE 14 de Dezembro 2022								
ANEXO V								
CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDOS ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RGPS)								
ANEXO XIII								
Aliquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº								
Servidor Ativos: 11%								
Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 22%								
Órgão ou Entidade (contribuição "adicional/comprovação especial") %								
Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsto legal) dia 10 de mês sub-sequente								
BASE DE CALCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA(2)	CONTABILIZADA	PRINCIPAL	ENCARGOS			
JANEIRO	77.453,20	7.636,16	7.636,16	7.636,16		20/02/2022	25/01/2022	
FEVEREIRO	100.117,20	9.936,67	9.936,67	9.936,67		20/03/2022	21/02/2022	
MARÇO	118.456,00	9.887,77	9.887,77	9.887,77		20/04/2022	22/03/2022	
ABRIL	101.056,00	9.986,59	9.986,59	9.986,59		20/05/2022	27/04/2022	
MARÇO	101.056,00	9.986,59	9.986,59	9.986,59		20/06/2022	20/05/2022	
JUNHO	101.056,00	9.986,59	9.986,59	9.986,59		20/07/2022	22/06/2022	
JULHO	101.056,00	9.757,59	9.757,59	9.757,59		20/08/2022	28/07/2022	
AGOSTO	101.056,00	9.757,59	9.757,59	9.757,59		20/09/2022	22/08/2022	
SETEMBRO	101.056,00	9.757,59	9.757,59	9.757,59		20/10/2022	20/09/2022	
OUTUBRO	101.056,00	9.757,59	9.757,59	9.757,59		20/11/2022	25/10/2022	
NOVEMBRO	101.906,00	10.910,28	10.910,28	10.910,28		20/12/2022	24/11/2022	
DEZEMBRO	101.056,00	9.743,37	9.743,37	9.743,37		20/01/2023	20/12/2022	
DEZEMBRO 13	17.601,00	1.322,51	1.322,51	1.322,51		20/12/2022	20/12/2022	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.223.981,40</b>	<b>118.426,89</b>	<b>118.426,89</b>	<b>118.426,89</b>				

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE								
RESOLUÇÃO TC Nº 189 DE 14 de Dezembro de 2022								
ANEXO V								
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ORGÃO/ENTIDADE (RGPS)								
ANEXO XIII								
Aliquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº								
Servidor Ativos: 14%								
Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 22,41%								
Órgão ou Entidade (contribuição "adicional/comprovação especial") 22,41%								
Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsto legal) dia 10 de mês sub-sequente								
BASE DE CALCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA(2)	CONTABILIZADA	BENEFICIÓRIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	77.453,20	16.265,17	16.265,17	615,24	15.649,93		20/02/2022	25/01/2022
FEVEREIRO	100.117,20	21.024,61	21.024,61	677,64	20.346,97		20/03/2022	21/02/2022
MARÇO	118.456,00	24.875,76	24.875,76	677,64	24.198,12		20/04/2022	22/03/2022
ABRIL	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/05/2022	27/04/2022
MARÇO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/06/2022	20/05/2022
JUNHO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/07/2022	22/06/2022
JULHO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/08/2022	28/07/2022
AGOSTO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/09/2022	22/08/2022
SETEMBRO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/10/2022	20/09/2022
OUTUBRO	101.056,00	21.221,76	21.221,76	677,64	20.544,12		20/11/2022	25/10/2022
NOVEMBRO	101.906,00	19.662,48	19.662,48		19.662,48	128,92	20/12/2022	22/11/2022
DEZEMBRO	101.056,00	20.722,62	20.722,62		20.722,62		20/01/2023	20/12/2022
DEZEMBRO 13	17.601,00	3.696,21	3.696,21		3.696,21		20/12/2022	20/12/2022
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.223.981,40</b>	<b>254.799,17</b>	<b>254.799,17</b>	<b>6.714,00</b>	<b>248.085,17</b>	<b>128,92</b>		

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE								
RESOLUÇÃO TC Nº 189 DE 14 de Dezembro de 2022								
ANEXO V								
CONTRIBUIÇÕES DOS SERVIDOS ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)								
ANEXO XI-A								
Aliquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº								
Servidor Ativos: 14%								
Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 22,40%								
Órgão ou Entidade (contribuição "adicional/comprovação especial") 22,41%								
Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsto legal) dia 10 de mês sub-sequente								
BASE DE CALCULO				RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)	
MÊS	VALOR (1)	DEVIDA(2)	CONTABILIZADA	PRINCIPAL	ENCARGOS			
JANEIRO	16.078,00	1.768,59	1.768,59	1.768,59		20/02/2022	25/01/2022	
FEVEREIRO	14.166,33	1.983,85	1.983,85	1.983,85		20/03/2022	18/02/2022	
MARÇO	13.333,00	1.866,62	1.866,62	1.866,62		20/04/2022	25/03/2022	
ABRIL	17.609,00	2.465,26	2.465,26	2.465,26		20/05/2022	10/05/2022	
MARÇO	15.465,00	1.976,94	1.976,94	1.976,94		20/06/2022	23/05/2022	
JUNHO	15.333,00	2.146,62	2.146,62	2.146,62		20/07/2022	20/06/2022	
JULHO	15.333,00	2.146,62	2.146,62	2.146,62		20/08/2022	28/07/2022	
AGOSTO	16.833,00	2.356,62	2.356,62	2.356,62		20/09/2022	24/08/2022	
SETEMBRO	16.833,00	2.356,62	2.356,62	2.356,62		20/10/2022	20/09/2022	
OUTUBRO	16.833,00	2.356,62	2.356,62	2.356,62		20/11/2022	24/10/2022	
NOVEMBRO	16.833,00	2.356,62	2.356,62	2.356,62		20/12/2022	24/11/2022	
DEZEMBRO	16.833,00	2.356,62	2.356,62	2.356,62		20/01/2023	20/12/2022	
DEZEMBRO 13	15.621,00	2.186,94	2.186,94	2.186,94		20/12/2022	02/12/2022	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>207.103,33</b>	<b>28.324,54</b>	<b>28.324,54</b>	<b>28.324,54</b>				





CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE								
RESOLUÇÃO TC Nº 189 DE 14 de Dezembro de 2022								
ANEXO V								
ALÍQUOTA 12,46%								
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ORGÃO/ENTIDADE (RPPS)								
ANEXO XI-B								
BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)
MÊS	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	16.078,00	3.771,90	3.771,90		3.771,90		20/02/2022	25/01/2022
FEVEREIRO	14.166,33	3.323,42	3.323,42		3.323,42		20/03/2022	18/02/2022
MARÇO	13.333,00	3.127,92	3.127,92		3.127,92		20/04/2022	25/03/2022
ABRIL	17.609,00	4.131,07	4.131,07		4.131,07		20/05/2022	10/05/2022
MAIO	15.465,00	3.312,79	3.312,79		3.312,79		20/06/2022	23/05/2022
JUNHO	15.333,00	3.597,12	3.597,12		3.597,12		20/07/2022	20/06/2022
JULHO	15.333,00	3.597,12	3.597,12		3.597,12		20/08/2022	28/07/2022
AGOSTO	16.833,00	3.949,02	3.949,02		3.949,02		20/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	16.833,00	3.949,02	3.949,02		3.949,02		20/10/2022	20/09/2022
OUTUBRO	16.833,00	3.949,02	3.949,02		3.949,02		20/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	16.833,00	3.949,02	3.949,02		3.949,02		20/12/2022	24/11/2022
DEZEMBRO	16.833,00	3.949,02	3.949,02		3.949,02		20/01/2023	20/12/2022
DEZEMBRO 13	15.621,00	3.664,69	3.664,69		3.664,69		20/12/2022	02/12/2022
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>207.103,33</b>	<b>48.271,13</b>	<b>48.271,13</b>	-	<b>48.271,13</b>			

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO - PE								
RESOLUÇÃO TC Nº 189 DE 14 de Dezembro de 2022								
ANEXO V								
ANEXO XI-C								
CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL OU COMPLEMENTAR (RPPS) ALÍQUOTA 12,41%								
BASE DE CÁLCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO PAGAMENTO (6)
MÊS	VALOR (1)				PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	16.078,00	1.766,97	1.766,97		1.766,97		20/02/2022	25/01/2022
FEVEREIRO	14.166,33	3.174,67	3.174,67		3.174,67		20/03/2022	18/02/2022
MARÇO	13.333,00	2.987,93	2.987,93		2.987,93		20/04/2022	25/03/2022
ABRIL	17.609,00	3.946,18	3.946,18		3.946,18		20/05/2022	10/05/2022
MAIO	15.465,00	3.164,52	3.164,52		3.164,52		20/06/2022	23/05/2022
JUNHO	15.333,00	3.436,13	3.436,13		3.436,13		20/07/2022	20/06/2022
JULHO	15.333,00	3.436,13	3.436,13		3.436,13		20/08/2022	28/07/2022
AGOSTO	16.833,00	3.772,28	3.772,28		3.772,28		20/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	16.833,00	3.772,28	3.772,28		3.772,28		20/10/2022	20/09/2022
OUTUBRO	16.833,00	3.772,28	3.772,28		3.772,28		20/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	16.833,00	3.772,28	3.772,28		3.772,28		20/12/2022	24/11/2022
DEZEMBRO	16.833,00	3.772,28	3.772,28		3.772,28		20/01/2023	20/12/2022
DEZEMBRO 13	15.621,00	3.500,67	3.500,67		3.500,67		20/12/2022	02/12/2022
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>207.103,33</b>	<b>44.274,60</b>	<b>44.274,60</b>		<b>44.274,60</b>			

## 9 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial expressa, qualitativa e quantitativamente, o Patrimônio Municipal, e demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações, considerando a origem e aplicação dos recursos.

**ATIVO CIRCULANTE R\$ 167.671,52**

Disponível R\$ 237,42

Realizável R\$ 0,00

Demais créditos e val. a Curto Prazo R\$ 167.434,10

**PASSIVO CIRCULANTE R\$ 285.586,48**

Restos a pagar R\$ 0,00

Demais Obrigações de Curto Prazo R\$ 285.586,48

**SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$ 0,00**

**ATIVO NÃO CIRCULANTE R\$ 267.387,88**

Realizável a Longo Prazo R\$ 0,00



Bens Móveis e Imóveis	R\$ 267.387,88
Bens Intangíveis	R\$ 0,00
Valores em Ações	R\$ 0,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 16.858,27</b>
Contribuição ao (RPPS)	R\$ 16.858,27
Dívida Fundada Interna	R\$ 0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 132.614,65</b>

## 10 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo Patrimônio Legislativo, se configuram na Demonstração das Variações Patrimoniais, e, analisadas podem ser assim traduzidas:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		2.422.478,64	1.843.241,52	PESSOAL E ENCARGOS		1.850.563,39	1.455.386,37
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.422.478,64	1.843.241,52	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.503.218,49	1.186.490,16
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>		<b>2.422.478,64</b>	<b>1.843.241,52</b>	ENCARGOS PATRONAIS		347.344,90	268.896,21
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		16.521,52	2.271,54	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		504.196,77	370.986,69
<b>TOTAL</b>		<b>2.439.000,16</b>	<b>1.845.513,06</b>	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		110.930,81	63.170,12
				SERVIÇOS		383.323,00	302.340,34
				DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		9.942,96	5.476,23
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		84.240,00	19.140,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		84.240,00	19.140,00
				<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>		<b>2.439.000,16</b>	<b>1.845.513,06</b>
				<b>TOTAL</b>		<b>2.439.000,16</b>	<b>1.845.513,06</b>

## 11 CONCLUSÃO

Conforme apresentado no presente relatório, este Poder Legislativo teve sua gestão voltada para cumprir as metas estabelecidas no orçamento, respeitando a Legislação pertinente.

As nossas despesas com pessoal e folha e pagamento, se mantiveram dentro do estabelecido na lei de responsabilidade fiscal e outras legislações que tratam do assunto.

Assim sendo, procuramos retratar através do presente relatório técnico, os principais aspectos da gestão ocorridos no exercício de 2022, com clareza e objetividade, colocando-nos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**NICHOLAS YURI FEITOSA CARVALHO**  
CONTROLADOR INTERNO

